

## Desigualdade Social e o Conceito de Gênero

Santos, Juliana Anacleto dos\*

*Resumo: O presente artigo apresenta em primeiro momento uma breve análise sobre a compreensão das desigualdades sociais partindo da leitura seniana através do entendimento das capacidades e oportunidades dos indivíduos. Com efeito, parte-se para a compreensão do conceito de gênero, seu surgimento na academia e fora dela, com destaque para o embate teórico /biologista versus construção cultural/histórica.*

*Palavras chave: desigualdade; igualdade; gênero.*

*Abstract: The present article presents at first moment one brief analysis on the understanding of the social inequalities breaking of the seniana reading through the agreement of the capacities and chances of the individuals. With effect it has been broken for the understanding of the sort concept, its sprouting in the academy and it are of it, with prominence for the biological theoretical shock versus cultural/historic construction.*

*Key words: inequality; equality; gender*

\* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora

## **A gênese da desigualdade social.**

O que nos difere do “outro”? O que nos iguala? O que influencia nossas simples e cotidianas escolhas? O que podemos chamar na verdade de desigualdades?

A humanidade é extremamente diversa. Não só nas características pessoais, individuais, mas fundamentalmente, diversa no modo através do qual cada indivíduo “vê”, “enxerga” o outro e a si próprio. Através dessa percepção do outro e de si próprio construímos a idéia de divisão social, que pode ser entendida referindo-se as diferenças substanciais, protegidas e padronizadas que existem entre as pessoas, que existem através da sociedade e influenciam as suas perspectivas presentes e futuras. Influenciam suas chances de vida. Algumas das características gerais das divisões sociais se referem a (ao): diferenças culturais perpetuadas e sustentadas por crenças dominantes, pela organização das instituições sociais e por interações individuais; identidades compartilhadas por uma categoria e contrastantes em relação aos membros de uma outra categoria; e ainda, acesso desigual aos recursos (materiais e simbólicos) gerando diferentes chances de vida e estilos de vida.

As divisões sociais envolvem uma rede de atividades de grupo, complexa e largamente invisível, dada como certa, que produz, distribui e regula a produção de bens e serviços. Geoff Payne (2000) são nove as características centrais das divisões sociais.

- 1) Uma divisão social é um princípio de organização social que resulta em uma distinção ampla na sociedade entre duas ou mais categorias logicamente relacionadas, que são sancionadas como substancialmente diferentes uma da outra em termos materiais e culturais;
- 2) Embora não seja permanentemente estabelecida de uma forma dada, uma divisão social tende a ser duradoura e é sustentada por crenças culturais dominantes, a organização das instituições sociais e a interação situacional dos indivíduos;
- 3) Uma divisão social é socialmente construída, no sentido de não ser uma simples manifestação das leis naturais e inevitáveis da existência, mas isto não significa que pode ser ignorada e revisada de momento a momento nas interações sociais, interpretações, decisões ou atos sociais dos indivíduos;
- 4) A filiação a uma categoria da divisão social confere oportunidades desiguais de acesso a recursos desejáveis de todos os tipos – portanto diferentes chances de vida e estilos de vida – em relação aos membros de outras categorias;
- 5) A extensão da diferenciação entre as categorias varia de divisão social para divisão social, mas movimentos através da divisão são ou raros ou relativamente demorados de serem realizados;

- 6) Ser socialmente dividido, tender a produzir identidades sociais compartilhadas pelas pessoas na mesma categoria, frequentemente expressas por suas diferenças percebidas em relação aos membros de uma categoria alternativa da mesma divisão;
- 7) Cada divisão social inclui todos os membros da sociedade em uma ou outra das suas categorias, mas os indivíduos raramente têm perfis combinados de pertencimento de categoria através do espectro de divisões sociais;
- 8) Um exame das chances de vida e estilos de vida é um método empírico de identificar as divisões sociais e categorias;
- 9) Embora muitas divisões sociais específicas sofram a oposição daqueles prejudicados por elas, o princípio de divisões sociais é uma característica sistemática universal da sociedade humana.

Assim, podemos denominar desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais.

Por Amartya Sen (2001), em sua obra *Desigualdade Reexaminada*, o estudioso concorda com a assertiva supracitada, porém vai mais além, desenvolvendo uma abordagem que complementa a idéia de acesso desproporcional aos recursos. Para o autor, são dois os mecanismos principais que explicam a gênese das desigualdades sociais: capacidades e funcionamentos. Em sua leitura compreendemos que capacidades são possibilidades de escolha, isto é, poderes para fazer ou deixar de fazer algo. Está relacionado com acessibilidade aos recursos, porém para a utilização destes recursos e, fundamentalmente, para a conversão desses recursos em bem estar, as habilidades e talentos individuais são muito importantes. Já os funcionamentos estão relacionados com os estados e ações que uma pessoa consegue realizar vivendo de algum modo.

O “senso comum” nos direciona a defender a igualdade entre todos os indivíduos. Porém, devido à gigantesca diversidade humana, quando queremos igualdade em termos de uma variável (raça, classe social, idade, sexo...) inevitavelmente nos deparamos com a desigualdade em termos de outra variável. A análise desta problemática é imprescindível na compreensão da igualdade bem como da desigualdade. Neste sentido, se faz necessário, em um estudo científico da desigualdade, lidar com a diversidade de foco na avaliação dos mecanismos geradores desta desigualdade. Mas o problema não cessa por aí. As diferentes exigências da igualdade refletem diferentes visões sobre o que é valorizado, material ou simbolicamente, em um contexto. Parafrazeando Sen, “*a ética da igualdade tem de levar em conta adequadamente nossas diversidades generalizadas, que afetam as relações entre os diferentes espaços*”. Com efeito, devido à diversidade humana, a pluralidade das variáveis de foco (focais) pode fazer uma grande diferença.

Elemento central no entendimento da desigualdade social é o posicionamento do indivíduo em um dado ordenamento social. Esta posição é determinada na leitura de Sen por dois aspectos: a) pela realização de fato conseguida, que está relacionada ao que conseguimos alcançar ou fazer; b) pela liberdade para realizar, relacionada às oportunidades reais que o indivíduo tem para fazer ou alcançar o que é valorizado por ele, pelo grupo ou por ambos concomitantemente. Liberdade no modelo seniano pode ser entendida pelo tamanho do conjunto de oportunidades representadas por bens e serviços. Quanto maior o conjunto de oportunidades, maior a liberdade individual.

A partir desta análise insere-se a investigação do presente artigo. De que forma surgiu é estudado o conceito de gênero dentro das investigações sobre as desigualdades sociais é o nosso objetivo central.

### **Gênero: entendendo o conceito.**

Gênero é um conceito socialmente novo, historicamente fruto do movimento feminista contemporâneo. Ainda é pouco debatido e aprofundado nos trabalhos acadêmicos de nosso tempo. Mas as relações de gênero são tão antigas quanto à existência humana, tendo raízes ainda mais profundas do que a formulação do movimento feminista. De fato, a novidade do conceito é atribuída à construção social que torna desiguais homens e mulheres. Até então, o corpo humano bastava para nos diferenciarmos. A priori, a utilização do conceito apresentou um caráter de contraponto respondendo as interpretações biologistas que vinculam a diferença sexual às posições sociais hierarquicamente diferentes entre mulheres e homens. O entendimento moderno do mundo mudou esta configuração, principalmente a partir das primeiras tentativas de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Por Bruschini em o *Tesouro para estudos de gênero*, o conceito é exposto como sendo:

Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica. (BRUSCHINI, 1998)

Mas qual é a história deste conceito, como se institucionalizou seu uso, de onde partimos até termos este entendimento?

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre homens e mulheres buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As

características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais. As condições e os lugares sociais são construções históricas, variam no tempo. Não podem ser entendidos como naturais, prontos e acabados. Nossas condições não são imutáveis. São históricas, e como tal, sexo também é uma invenção histórica, ou melhor, uma invenção social.

Por Santos (2005) a diferenciação sexo/gênero entende os sistemas de gênero enquanto mecanismos culturais elaborados para lidar com as diferenças de sexo e questões relativas à reprodução social e biológica. Sexo seria relacionado com a identidade biológica do homem e da mulher, e gênero relacionado aos aspectos socialmente construídos das diferenças biológicas e sexuais. Esta distinção tem apoio na concepção de que as diferenças biológicas e sexuais formam um substrato fixo sobre o qual são elaboradas as construções sociais de gênero. Porém, há os que entendem que as diferenças biológicas sexuais são, em alguma medida, socialmente construídas e historicamente variáveis. Na medida em que as pessoas identificam determinadas características físicas do outro e, através delas classificam os indivíduos em grupos, fica claro o desenvolvimento de um processo social.

“O sexo, a sexualidade e o corpo são experimentados, tornam-se compreensíveis, por meio de processos e práticas sociais; eles são constituídos através do gênero e, ao mesmo tempo, ajudam a constituir o gênero” (ACKER, 1992 *apud* SANTOS, 2005).

Através deste ideário explica-se a recusa de estudiosas francesas de separar em esferas social/biológica os conceitos gênero/sexo. Sexo sofre uma elaboração social. Analisando as formulações de Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, reconhecida pesquisadora brasileira das relações de gênero destaca que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas (1992). Com efeito, o corpo é essencial para definir a situação da mulher ou do homem no mundo, porém é insuficiente para defini-la enquanto mulher ou defini-lo enquanto homem.

A explicação essencialista para a condição naturalmente subalterna da mulher se mantém até o avançar do capitalismo industrial. Ainda por Saffioti (1976), o desenvolvimento industrial e urbano concentrou nas cidades inúmeros problemas sociais, dentre os quais surgia o problema da mulher. A decadência do pensamento divino fez com que o homem deixasse de se interessar por recompensas pós morte fruto de uma vida medíocre, para buscar, na vida terrena, o seu bem estar. Com o avançar da racionalidade, surge uma enorme confiança no método científico enquanto mecanismo capaz de resolver os problemas da humanidade.

A vontade de mudar a realidade social traz à cena uma série de ativistas e pensadores sociais que lançam as bases das ciências sociais enquanto instrumento capaz de minimizar as tensões e desigualdades sociais. Desta forma as condições históricas se transformam. O movimento feminista organizado coletivamente surge com o objetivo de contrapor a situação subordinada das mulheres “pegando carona” nas mudanças que marcaram a história ocidental européia a partir do século XVIII, principalmente vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana. Marco teórico contra a visão essencialista imposta pelas diferenças anatômicas é apresentado pelo filósofo *Ponlain de la Barre* que, já entre 1673 e 1675, contrapôs os defensores da inferioridade feminina. Seu ideário se resume na idéia de que as desigualdades entre homens e mulheres não são consequência das desigualdades baseadas na biologia, mas sim, resultado das desigualdades sociais e políticas impostas a elas em seu tempo.

A racionalidade, elemento constitutivo do novo tempo aberto pela sociedade ocidental, ora denominada modernidade, abriu espaço à transparência e a vida social ganhou mais visibilidade. Neste momento é difícil, para não dizer impossível ocultar a existência de sujeitos imprescindíveis à produção e a reprodução da vida cotidiana. A racionalidade moderna somada a pressão do movimento de mulheres organizado levou-as não só ao cenário político, mas fundamentalmente à esfera pública, saindo da obrigatoriedade da vida doméstica privada enquanto fim último da vida feminina. Ao mesmo tempo o trabalho mecânico avança na estrutura social mundial. A força de trabalho feminina, mesmo biologicamente mais “fraca” do que a masculina ganha espaço, pois agora a diferença entre homens e mulheres não se mede na queda de braço. Os dois têm neste momento mesma força necessária para o trabalho. Uma série de transformações culturais e sociais surge, e com elas o avanço da participação feminina na academia.

Uma das mais destacadas e criticadas leituras sobre gênero é sem dúvida o funcionalismo apresentada a partir da leitura de Parsons e Bales que entendem a diferença de gênero no interior da família moderna em termos de papéis “expressivos” (femininos) e papéis “instrumentais” (masculinos). Nesta concepção funcionalista, a família (bem como suas funções sociabilizadoras) é apresentada enquanto instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem social. As diferenças entre as mulheres e os homens são estudadas nesta teoria através dos conceitos de papel sexual e status, e os estudiosos acreditam que as diferenças sexuais são mais evidentes e cumprem um papel mais central na instituição familiar, pois as relações entre os gêneros funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social. Ainda reconhecem que os indivíduos se constroem por através da vida social, negando, portanto as visões biológicas e psicológicas sobre a “naturalização” das identidades humanas.

Esta análise funcionalista levantou uma série de críticas, apesar da comum concordância contra as teorias “naturalistas”. A primeira delas é sobre sua clara legitimação do papel subordinado das mulheres a partir do entendimento de que estava limitado a mulher o espaço privado, da família e da reprodução social. Ainda nesse sentido, conceber gênero somente como um papel social restringe o campo de análise ao comportamento individual, perdendo seu poder de explicação mais amplo. Por fim, entender gênero em termos de diferenças sexuais é diminuí-lo a uma única variável empírica, imutável, indo na contra mão de um princípio de organização social.

Nos Estados Unidos, a origem dos estudos feministas ocorre nas Universidades a partir da movimentação de protestos de pesquisadoras na década de sessenta. A crítica da estrutura organizacional científica e sua hierarquia é a ponta de lança para elaboração de uma nova concepção sobre as desigualdades entre homens e mulheres. A princípio enquanto *feminist* ou *women's studies* as pesquisadoras feministas americanas iniciam a reflexão sobre a experiência das mulheres e suas aspirações. No Brasil, de forma diferenciada, as pesquisadoras feministas não procuraram criar espaços alternativos sobre o tema, mas sim se integraram à dinâmica científica estabelecida a procura de reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais. Os estudos feministas neste período procuravam nesse sentido expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais.

A historiadora americana Joan Scott, destacada estudiosa das relações de gênero, aponta o comportamento dos pesquisadores não feministas a respeito da temática das

mulheres. A tendência apresentada era, mesmo reconhecendo sua possível relevância teórica, descartar este tipo de estudo. Cita:

“As mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”. (SCOTT, 1996)

Assim, é lançado um desafio teórico que teve que ser respondido. Entender e constituir uma categoria de análise que seja relacional, pois, homens e mulheres, machos e fêmeas, são indivíduos que se diferenciam sob o aspecto reprodutivo, com efeito, só podemos defini-los correlativamente. Para tal, a substituição dos chamados estudos feministas ou das mulheres pelo termo gênero enquanto categoria de análise se fez urgente. Ocorre que por um determinado tempo, em vários estudos, foi visível a substituição dos termos “mulheres” por “gênero” mais pelo fato de ser uma necessidade de inclusão do tema nas ciências sociais, do que propriamente uma construção de um conceito que compreende a necessidade de relação entre homens e mulheres. Com efeito, visando à aceitabilidade científica do campo de pesquisa relacionado ao estudo das mulheres, o conceito gênero apresentou tendência à neutralidade, pois enquanto o termo “estudo das mulheres” ou “história das mulheres” salienta a posição feminina enquanto agentes sociais históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo enquanto crítica às análises sociais vigentes. Para tal, havia a necessidade acrescentar aos estudos sobre a mulher uma noção relacional, entre homens e mulheres, com objetivo de transformar os paradigmas sociais, trazendo à luz da ciência novos temas. Desta forma, foi largo o passo produzido nas análises sociais, pois chama a atenção para o fato de que parte da humanidade estava na invisibilidade. O uso do termo gênero, destaca, portanto, que tanto mulheres quanto os homens são produtos do meio social e, com efeito, suas condições de vida são variáveis e históricas.

Neste contexto é construído o conceito de gênero enquanto categoria social que interfere no cotidiano das pessoas. Antes mesmo de nascer expectativas já são criadas para o novo indivíduo. A primeira pergunta a nova alma anunciada é: É menino ou menina? Da cor do quarto a escolha profissional, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera. Sua suposta fragilidade ou virilidade já está construída no imaginário social familiar e será levado consigo por toda vida, tendo peso imponderável em suas escolhas pessoais. Mais do que uma identidade apreendida, o



gênero desta nova alma estará imerso nas complexas teias das relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres. Relações estas que fazem parte da estrutura social institucionalizada da sociedade. Esta construção é dada através de processos de socialização e educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres e ainda, no estabelecimento dos padrões sociais entre eles.

Por Maria Luiza Heilborn em *Gênero: Uma Breve Introdução*, as atitudes e ações das pessoas que se diferenciam através do sexo variam de sociedade para sociedade, de tempos em tempos:

O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico. E mais, essas idéias acerca do que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente; isto é: quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado. (HEILBORN,1995)

Com efeito, em vista das sociedades modernas, estamos organizados por critérios de diferenciação, não só de gênero, mas também de raça, classe, origem regional, idade entre outros, que demonstram experiências sociais bastante diferenciadas. Aqui, chamamos Sen (2001) novamente ao debate. Para o autor, uma abordagem da igualdade relacionada com a satisfação de necessidades e garantias de liberdades deve ir além da análise baseada em somente uma variável. O modo como uma pessoa é vista em uma sociedade com disparidades sociais pode ser influenciado por suas características visíveis, agindo como barreira para a possibilidade de funcionamentos em muitas circunstâncias. Cabe o destaque para a insuficiência da compreensão da sociedade observando apenas pela ótica do sexo frágil oprimido pela dominação masculina. Ou ainda, sob o ponto de vista de classes antagônicas. É imprescindível pois, pensar a vida social de forma articulada e concatenada com as mais diversas categorias.

Joan Scott, ainda em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, apresenta quatro elementos inter-relacionados que visam auxiliar na compreensão mais ampla das relações de gênero. Em primeiro lugar destaca os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Maria e Eva como símbolo da mulher – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção”. Tais símbolos apresentam diversas

representações, mas antes de serem somente diferentes, são contraditórios porém não excludentes, como por exemplo as imagens de “santa” e “puta”, haja vista que ambas as representações podem servir para a mesma mulher. Segundo elemento refere-se a “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher.” Exemplo disto é a obrigação comportamental “viril” para o homem e “sensível” para a mulher. Terceiro elemento é a “noção de fixidez (...) que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros” A pesquisadora defende a superação desta visão binária e ainda, a restrição do uso do gênero ao sistema de parentesco, pois o gênero não é somente construído nesta instância. Há de se somar à esfera econômica e a da organização política. Por fim, o quarto elemento se refere à noção de identidade subjetiva. Aqui, percebemos como as identidades de gênero são elaboradas a partir de conceitos, imagens e símbolos, fazendo com que homens e mulheres carreguem consigo uma carga do simbólico e do cultural.

A partir destes elementos, Scott propõe o estudo das relações de gênero com base nas identidades socialmente construídas e suas relações com as organizações sociais e representações culturais historicamente específicas. Este guia de investigação é proposto pela estudiosa também nas análises de outros processos sociais, com destaque para classe e raça.

Soma-se a este mapa investigativo um importante e novo elemento: “o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder”. Assim, na análise da estudiosa, o poder ocupa um lugar privilegiado no conceito de gênero. Visualizamos melhor esta idéia a partir de Rowbotham:

A organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e seus interesses divergem do ponto de vista do homem e dos seus interesses. As experiências, ao adquirirem um colorido de gênero, como ocorrem com a classe e a etnia, demonstram que a vida não é vivida da mesma forma para homens e mulheres. (ROWBOTHAM *apud* SCOTT, 1996).

Para Scott, frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita, mas

constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. Diferenças entre as mulheres e os homens constroem diferenças de acesso aos recursos produtivos, simbólicos e culturais. Com efeito, gênero legitima as relações de poder apresentando um tipo de valorização social e política. Deve ser um elemento claro para os interessados no tema em que as relações de gênero são travadas, entre outros espaços, também na esfera do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno (SAFFIOTI, 2005). Razão definitiva para que não se fuja da esfera do poder ao se tratar de relações de gênero, pode ser demonstrada através do fato de que estas relações se inter-relacionam dialeticamente, e, com efeito, visam a superar as contradições nelas contidas através da prática política. Essas contradições, representadas por estruturas hierárquicas, baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher.

Outra grande influência teórica nos debates sobre as relações de gênero vem do marxismo, que traz a luz reflexões ainda não expostas. Destaca-se aqui a leitura de Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Chama-nos a atenção a explanação de Engels sobre o momento em que o regime de matrimônio por grupos foi sendo substituído pelo matrimônio por pares nas sociedades primitivas. Isto ocorre devido ao grande aumento de “irmãs” e “irmãos” entre os quais agora era impossível efetuar um casamento. Surge a chamada família sindiásmica, onde o homem mantém o direito a poligamia e a infidelidade ocasional. Já quanto às mulheres, é rigorosa a exigência para com a fidelidade sendo o adultério cruelmente castigado. Com efeito, agora o homem se vê com dificuldades para conseguir uma mulher, problema antes não enfrentado. Raptos e compras de mulheres tornam-se freqüentes, mas mesmo assim, a família sindiásmica não destrói o lar com predomínio da mulher, ao contrário, demonstra o reconhecimento de uma mãe própria na impossibilidade de certeza da paternidade.

Erram os que pensam e difundem que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Neste momento é alto o apreço pelas mulheres, sobretudo as mães. A economia doméstica é base efetiva da preponderância feminina nos tempos primitivos, sendo a divisão do trabalho dependente de outros fatores que não somente a da posição da mulher na sociedade.

Engels segue narrando que a força de trabalho aqui, ainda não produz excedente

suficientemente necessário a sua manutenção, porém, com a introdução principalmente da elaboração de metais e da agricultura, as coisas passaram a ter novo aspecto, notadamente após os rebanhos se tornarem propriedade familiar. É necessário agora mais gente para o avanço do desenvolvimento produtivo, até porque as famílias não crescem na mesma proporção que os rebanhos. Com efeito, todas são convertidas em propriedade privada das famílias e o matriarcado, até então dominante, começa a levar um duro golpe.

Com a formalização da monogamia surge um novo elemento no núcleo familiar: o pai verdadeiro. De acordo com a divisão do trabalho da família de então, o homem era o responsável pela alimentação e por seus instrumentos de trabalho utilizados para tal, sendo por direito proprietário destes instrumentos. E a mulher conservava os utensílios domésticos. Ocorre que com o avançar do desenvolvimento produtivo, as riquezas referentes aos homens aumentaram enormemente, não se repetindo o fato com as riquezas femininas. Sob a ordem masculina estava agora o manancial de alimentação, o gado, os escravos. Porém, com o sistema hereditário gentílico, isto é, consangüíneos por linha materna, os filhos do pai não recebiam como herança os instrumentos de trabalho masculinos. Para mudar essa ordem era preciso abolir a filiação seguindo o direito materno. E foi feito.

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota história do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 1978)

Ao dar destaque às mudanças ocorridas na divisão do trabalho entre homens e mulheres (elas que até então tinham participação igualitária no processo de produção para o consumo e com o advento da monogamia e da propriedade privada foram especializadas no necessário trabalho doméstico), o marxismo permitiu estabelecer relações entre a família, o trabalho e a política. Mesmo sendo criticado por seus conceitos terem pouca capacidade de explicar, ou melhor, analisar amplamente as relações no interior de outras instituições, foi o marxismo que traçou o caminho pelo

qual foram rompidas as barreiras de análise da vida feminina no núcleo familiar. Ainda, desvenda as análises da esfera pública, ajudando na reconceituação das definições convencionais da política, da economia, das relações de poder e processos de mudança.

Por fim, após visualizarmos através do tempo a construção do entendimento sobre os gêneros, conclui-se, parafraseando Guimarães (2005), que a mulher e o homem são construídos socialmente, a partir de uma cultura historicamente situada no tempo e dentro de circunstâncias possíveis, determinadas por essa temporalidade. Cada um, mulher e homem, estão imersos em um mar de símbolos que se corporificam através dos comportamentos impostos pela ética hegemônica. A identidade de gênero neste sentido influencia não somente a visão que temos de nós mesmos, mas também, a visão e a expectativa que ou outros têm de nós, influenciando as escolhas e oportunidades que nos são apresentadas a cada dia.

### **Referências Bibliográficas**

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle (1998), *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

ENGELS, Friedrich (1978), *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUEDES, Nair Barbosa (1997), *Gênero, relação desafiadora para movimentos sociais e ONGs*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.

GUIMARÃES, Maria de Fátima (2005), *Trajetória dos feminismos: introdução à abordagem de gênero*. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila (1999), *Estudos de Gênero no Brasil*. In: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS.

PAYNE, Geoff (2000). *Social divisions*. New York: Santin's Martin Press.

SAFFIOTI, Heleieth (2005), *Gênero e Patriarcado*. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

-----. (1992), *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

-----. (1976), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, José Alcides Figueiredo (2005), *Classe social e desigualdade de gênero no Brasil*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT "Gênero na Contemporaneidade".

SEN, Amartya (2001), *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record.

SCOTT, Joan (1996), *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.